### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS À Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes - Mogi das Cruzes, SP.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo pessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. Conforme descrito na nota explicativa n.º 16, a Santa Casa de Misercórdia de Mogi das Cruzes, continua apresentando passivo a descoberto devido à deficiência de capital de giro e sucessivos deficis, fatores estes que geram dividuas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. Os planos da Administração com relação a este assunto, também estão descritos na mesma nota explicativa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Além disso, diversos bens do hospital estão penhorados para garantia de acões que estão sendo discutidas judicialmente.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Ós responsáveis pela administração da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razpável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo, com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

 Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração

 Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluimos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, a não mais se manter em continuidade operacional.

· Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

ATIVO		31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO		31/12/2018	31/12/2017
	Notas				Notas		
CIRCULANTE		17.028.513	17.373.418	CIRCULANTE		32.780.980	29.921.496
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.581.374	4.957.032	Fornecedores	11	7.995.902	8.171.172
Contas a Receber	4	10.386.775	8.558.395	Obrigações Trabalhistas	12	3.809.435	3.621.715
Adiantamentos Efetuados	5	88.874	274.396	Obrigações Fiscais		247.554	249.183
Juros s/ Emprestimos a Apropriar	10	1.359.363	1.779.108	Parcelamentos Tributários	13	1.351.180	590.799
Outros Créditos	6	1.254.588	1.341.458	Provisão para Contingências	15		802.379
Estoques	7	357.537	463.028	Obrigações com Parcelamento	14	133.282	133.282
				Subvenções a Aplicar		10.666.321	8.659.150
				Emprestimos e Financiamentos	10	7.931.190	7.571.584
				Outras Obrigações		646.116	122.233
NÃO CIRCULANTE		21.948.042	20.977.190	NÃO CIRCULANTE		29.262.742	33.270.848
Outros Créditos		294.813	266.961	Fornecedores LP			
Juros s/ Emprestimos a Apropriar	10	902.338	1.060.032	Parcelamentos Tributários	13	14.419.239	16.471.119
Investimentos	8	2.967.435	1.755.926	Verbas Subvencionadas		4.562.886	4.782.458
Imobilizado	9	17.783.455	17.894.271	Obrigações com Parcelamento	14	977.399	1.232.856
				Emprestimos e Financiamentos	10	6.254.120	7.904.441
				Provisão para Contingências	15	3.049.098	2.879.973
				PATRIMÔNIO SOCIAL	17	(23.067.168)	(24.841.736)
TOTAL DO ATIVO		38.976.554	38.350.608	TOTAL DO PASSIVO		38.976.554	38.350.608

As notas	explicativas	são parte	integrante	destas	demonstrações	contábeis

	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	106.723.279	70.859.298
Receitas de atividades assistenciais	73.395.830	68.723.651
Receitas operacionais	26.985.870	26.997.040
S.U.S Sistema Único de Saúde	22.443.408	22.461.783
Convênios	3.825.491	3.642.367
Particulares	811.276	892.891
(-) Glosas	(94.305)	-
Outras receitas operacionais	46.409.960	41.726.611
Subvenção Federal	16.222.466	16.796.553
Subvenção Estadual	11.249.436	8.085.240
Subvenção Municipal	13.522.123	11.611.362
INSS Cota Patronal	5.415.935	5.233.455
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias	33.080.345	1.897.158
Receitas Financeiras	232.470	486.262
Outras Receitas	32.847.875	1.410.896
Trabalho Voluntário	247.104	238.488
DESPESAS OPERACIONAIS	(104.948.711)	(72.172.464)
Despesas com atividades assistenciais	(67.703.137)	(65.149.339)
Despesas com pessoal	(22.595.659)	(21.895.615)
Despesas administrativas e gerais	(3.073.040)	(1.442.387)
Serviços prestados por terceiros	(30.812.931)	(30.542.433)
Medicamentos e Materiais	(10.256.546)	(10.383.788)
Despesas com depreciação / Amortização	(901.741)	(861.833)
Impostos e taxas	(63.220)	(23.283)
Outras despesas operacionais	(36.998.470)	(6.784.637)
Despesas financeiras	(31.582.535)	(1.551.182)
INSS Cota Patronal	(5.415.935)	(5.233.455)
Trabalho Voluntário	(247.104)	(238.488)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	1.774.568	(1.313.166)
	Patrimônio Superávit	Total

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Total	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(27.261.110)	3.732.540	(23.528,570)	
Déficit do exercício		(1.313.166)	(1.313.166)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(27.261.110)	2.419.374	(24.841.736)	
Déficit do exercício		1.774.568	1.774.568	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(27.261.110)	4.193.942	(23.067.168)	
	31/12/2018	31	/12/2017	
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Superávit / Déficit Líquido	1.774.56	88	(1.313.166)	
AJUSTES				
Depreciação	901.74		861.833	
Provisão de contingências	(633.25	55)	(1.497.749)	
	268.48	36	(635.916)	
VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS				
Contas a receber	(1.828.38		(2.398.186	
Adiantamentos	185.52		(46.198	
Estoques	105.49		68.005	
Outros créditos	86.87		1.783 507.473	
Fornecedores Obrigações trabalhistas	(175.27 187.72		333.453	
Obrigações Fiscais	(1.62		36.714	
Parcelamentos Tributários	(1.291.49		(1.821.307	
Obrigações com Parcelamentos	(255.45		(167.511	
Subvrenções a Aplicar	2.007.17		2.375.966	
Subvenções Investimentos	(219.57		(249.572)	
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	844.02	22	(3.308.463)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(811.46		(627.041)	
Baixas de bens no imobilizado ao custo	20.54		65.898	
Aumento/diminuição do realizável a longo prazo	(1.081.66	57)	(1.614.198)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(1.872.59	92)	(2.175.341)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos	(870.97	71)	2.640.172	
Obrigações Bancárias	523.88	33	(12.137)	
Caixa líquido consumido nas atividades de Financiamento	(347.08	37)	2.628.036	
Variação de caixa e equivalente de caixa	(1.375.65	58)	(2.855.769)	
Saldo de disponibilidades no início do exercício	4.957.03	32	7.812.800	
control of dispersional field of the first o	4.007.00			

#### Variação de caixa e equivalente de caixa (1.375.658)NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 Expresso em reais

## 1. A Entidade

a) Reconhecimento de utilidade pública A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, constituída em 04 de maio de 1955, tem sua origem na Sociedade Mogiana de Beneficência de Mogi das Cruzes, fundada em 06 de julho de 1873, sendo uma sociedade civil, com duração por prazo indeterminado, regendo-se por seu Estatuto e demais disposições aplicáveis. É uma entidade filantrópica, mantenedora do Hospital Nossa Senhora de Aparecida, que tem por objetivo proporcionar assistência médica hospitalar aos enfermos e acidentados

gratuitamente ou não, obrigando-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção, estabelecida pela legislação e regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis e outros dispositivos.

Sediada na Rua Barão de Jaceguai, 1148, nesta cidade, Estado de São Paulo, está inscrita no CNPJ sob o n.º 52.543.766/0001-16 e registrada no Serviço Público Federal do Ministério da Previdência e Assistência Social – CNAS nº 44006.004972/2000-44 de 23/07/2004, renovado através da Resolução –84, publicado no DOU 142 em 26/07/04 e validade até 31/12/2006, com reconhecimento de utilidade: pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Em 21/10/2009 a Santa Casa protocolou pedido de Renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social através do processo 25000.033.562/10-41, aguardando análise técnica e decisão da Secretaria de Atenção à saúde do Ministério da Saúde

### b) Administração

Conforme os estatutos sociais, a Entidade é gerida por uma Mesa Administrativa composta de: Provedor como presidente, Vice Provedor, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Tesoureiro, 2.º Tesoureiro, 1.º Mordomo e 2.º Mordomo e mais 4 suplentes, mais um Conselho Fiscal com 3 membros efetivos e 02 suplentes todos eleitos por uma Assembleia Geral Ordinária para um período de 2 anos no mês de dezembro

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria, Conselhos Fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.

#### c) Manutenção financeira

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da Associação são provenientes principalmente de:

- · contribuição mensal dos irmãos:
- renda proveniente da prestação de serviços e conexos;
- · renda de imóveis;
- · donativos em dinheiro;
- rendimentos financeiros:
- rendas eventuais; e

#### auxílios e subvenções dos poderes públicos 2. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2017 de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária em conformidade com as Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, os pronunciamentos do CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade que requer uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeiram maior nível de julgamento ou estimativas significantes para as demonstrações contábeis.

- a. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa e, sua moeda de apresentação:
- b. Contas de resultado: São reconhecidas mensalmente pelo regime contábil de competência; c. Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado;
- d. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável
- e. Estoques: Os estoques de medicamentos e materiais hospitalares e de almoxarifado são controlados ao custo médio, que não supera o valor de mercado;
- f. Ativo imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, sendo contabilizadas as depreciações devidas ao uso e desgaste natural dos bens;
- a Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos incorridos:
- h. Provisão de férias e encargos: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;
- i. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme previsão constitucional, a Santa Casa é uma entidade filantrópica, imune, do pagamento de impostos, taxas e da contribuição ao
- Patrimônio Social representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/Déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.
- k. Legislação Fiscal: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consonante a
- legislação especifica aplicável 1. Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e

### investimentos patrimoniais.

#### 3. Caixa e equivalentes de caixa: Conforme demosntrado em 31 de dezembro de:

	Descrição	2018	2017
	Caixa	215.735	167.059
E	Bancos	313.338	717.385
	Aplicações financeiras	3.052.301	4.072.588
	Total	3.581.374	4.957.032
	otai	3.301.374	4.937.032
4. Contas a receber	r:		
Conforme de	emonstrado em 31 de dezembro de:		
	Descrição	2018	2017
	Convênios SUS	2.134.405	2.437.193
	Convênios/Particulares	8.322.799	6.191.631
	Provisão para perdas	(70.429)	(70.429)
	Total	10.386.775	8.558.395
5. Adiantamentos:			
Conforme de	emonstrado em 31 de dezembro de:		
	Descrição	2018	2017
Α.	diantamento a fornecedores	45.803	91,586
	diantamento a funcionários	43.071	182.810
	otal	88.874	274.396
1	otai	88.874	2/4.390
6. Outros Créditos	:		
Conforme de	emonstrado em 31 de dezembro de:		
	Descrição	2018	2017
R	loqueio judicial	1.104.043	1.193.786
	iversos	150.545	147.672
1	otal	1.254.588	1.341.458
7. Estoques			
Os estoques em 31	de dezembro estavam assim compo	ostos:	
	Descrição	2018	2017
X	Materiais cirúrgicos	128.855	202.396
	Medicamentos	136.721	194.146
	Outros	91.241	72.332
	Estoques de 3º	720	(5.846)
7	Total	357.537	463.028

### 8. Investimentos

Com a finalidade de ampliar a angariação de recursos para aplicar na consecução de seus objetivos sociais e estatutários, em julho de 2017 a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes passou a realizar promoções comerciais vinculadas a sorteios lastreados em Títulos de Capitalização emitidos por sociedade de capitalização devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, nos moldes do decreto 6.388, de 05 de Março de 2008, das Circulares SUSEP n° 365/08, n° 376/08 e n° 460/12.

## 9. Ativo imobilizado

Descrição

Demonstrado com base no valor original de custo acrescido das reavaliações efetuadas: Taxas

31/12/2018

22,823,135

31/12/2017

22,762,172

moveis		4%		11.426.425	9.878.217
Benfeitorias em Imóve	eis de 3°			15.500	15.500
nstalações		10%		256.343	256.343
Computadores		20%		135.972	411.042
Máquinas e equipame	ntos	10%		3.273.862	3.213.337
Móveis e utensílios		10%		841.834	794.684
Obras em andamento					1.546.108
Bens com restrição				4.067.254	3.488.558
móveis		4%		1.003.702	1.003.702
Computadores		20%		12.108	12.108
Máquinas e equipamer	ntos	10%		2.832.848	2.294.148
Móveis e utensílios		10%		218.596	178.600
Depreciação acumul:	nda			(9.106.934)	(8.482.717)
Depreciação sem restr	ição			(6.848.050)	(6.535.810)
Depreciação com restr	ição			(2.258.884)	(1.946.907)
Total Geral do imobi	lizado			17.783.455	17.894.271
A movimentação do	Ativo Imobiliza	ido no exercío	io de 2018	segue:	
-	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Bens sem restrição	22.888.430	232.769	(298.064)		22.823.135
errenos	6.773.199				6.773.199
móveis	9.878.217			1.548.208	11.426.425
Benf. em Imóveis de 3°	15.500			-	15.500
nstalações	256.343				256.343
Computadores	411.042	5.060	(280.130)		135.972
dáquinas e equip.	3.213.337	172.675	(12.150)		3.273.862
Aóveis e utensílios	794.684	52.934	(5.784)	-	841.834
Obras em andamento	1.546.108	2.100		(1.548.208)	
Bens com restrição	3.488.558	578.696			4.067.254
móveis	1.003.702				1.003.702
Computadores	12.108	-			12.108
dáquinas e equip.	2.294.148	538.700			2.832.848
dóveis e utensílios					

## Des

Moveis e utensilios 178.000	39.996 -		218.596
Desde outubro de 2004, a audito da Entidade.	oria fiscal do INSS, determi	inou a indisponibil	idade dos bens
<ol><li>Empréstimos e financia.</li></ol>	ciamentos		
Circulante	Taxa	2018	2017
Total Circulante		7.931.190	7.571.584
Banco devedor		446.890	-
Caixa Econômica Federal	1,63% a.m.	7.484.300	7.571.584
Juros a Apropriar		(1.359.363)	(1.779.108)
Não circulante			
Caixa Econômica Federal		6.254.120	7.904.441
Juros a Apropriar		(902.338)	(1.060.032)
A garantia foi a Coccão do Diroito	oc Craditários do CLIC		

## A garantia foi a Cessão de Direitos Creditórios do SUS.

11. Fornecedores

(2.855.769)

As obrigações com fornecedores foram registradas com base em documento hábil respeitando o período de competência. A entidade continua enfrentando dificuldades financeiras, porém cumprindo integralmente com suas obrigações, em razão de existir saldos que tem sua origem em exercícios anteriores.

Os serviços prestados por terceiros (pessoa física e jurídica) foram apropriados com base nos relatórios de produção e documentos fiscais.

Descrição		2018	2017
Fornecedores		874.514	988.888
Prestadores de serviços		7.121.388	7.182.284
Total		7.995.902	8.171.172
<b>12. Obrigações trabalhistas</b> Apresentavam os seguintes saldos:			
Descrição		2018	2017
Salários a pagar		1.178.822	1.119.516
INSS a recolher		130.309	113.025
FGTS a recolher		171.461	164.223
Provisão férias e encargos in	cidentes	2.323.803	2.219.478
Outras obrigações sociais		5.040	5.473
Total		3.809.435	3.621.715
<b>13. Parcelamentos tributários</b> Apresentavam os seguintes saldos:			
2018	Curto Prazo	Longo Prazo	Total

13. Parcelamentos tributários Apresentavam os seguintes saldos:			
2018	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Refis a pagar	220.000	5.381.281	5.601.281
Parcelamento IRRF	480.000	2.730.132	3.210.132
Parcelamento INSS	243.180	2.785.723	3.028.903
Parcelamento FGTS	408.000	3.522.103	3.930.103
Total	1.351.180	14.419.239	15.770.419
2017	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Refis a pagar	204.000	5.404.448	5.608.448
Parcelamento IRRF	100.314	4.001.930	4.102.244
Parcelamento INSS	204.000	2.845.254	3.049.254
Parcelamento FGTS	82.485	4.219.487	4.301.972
Total	590.799	16.471.119	17.061.918

Em abril de 2000 a Entidade teve sua inclusão no Programa de Recuperação Fiscal – RE-FIS. sancionado pela Lei Federal nº 9.964.

Em 2007, a Entidade regularizou todas as pendências anteriores e obteve parcelamento de todas as dívidas tributárias, previdenciárias e trabalhistas em 240 meses através da Lei º 11.345.

A Entidade vem pagando regularmente o programa de acordo com o extrato obtido junto a Receita Federal.

### 14. Obrigações com Parcelamento

### Apresentavam os seguintes saldos

2018	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Parcelamento SEMAE	133.282	977.399	1.110.681
Parcelamento Bandeirantes Energia			
Total	133.282	977.399	1.110.681
2017	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Parcelamento SEMAE	133.282	1.232.856	1.366.138
Parcelamento Bandeirantes Energia			
Total	133.282	1.232.856	1.366.138

### 15. Provisões para Contingências

De acordo com entendimento da Administração apoiada na assessoria jurídica da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes sobre os processos em andamento, algumas ações não procedem, portanto existe a possibilidade de sentenças favoráveis ao Hospital. Outras ações caso forem perdidas, podem ocorrer em montantes inferiores aos valores reclamados. Na maioria, em razão da morosidade processual o desfecho da sentença será de longo prazo. Em face do exposto, somente foram provisionadas as contingências passivas de perdas prováveis, decorrentes de processos judiciais, reivindicações e reclamações.

Em 31 de dezembro de 2018, os valores estimados das contingências apresentavam se como segue

2018	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Ações Cíveis		1.732.038	1.732.038
Ações Trabalhistas		186.225	186.225
Ações Administrativas		770.835	770.835
Parcelamentos Indenizações Trab.		360.000	360.000
Total		3.049.098	3.049.098
2017	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Ações Cíveis		1.100.591	1.100.591
Ações Trabalhistas		275.543	275.543
Ações Administrativas		893.839	893.839
Parcelamentos Indenizações Trab.	802.379	610.000	1.412.379
Total	802.379	2.879.973	3.682.352

# 16. Verbas subvencionadas

Conforme determinado nas Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, as subvenções destinadas a investimentos, deverão ter o seu reconhecimento em contas de resultado, conforme ocorre a realização dos bens, que no caso de imobilizado se dá pela

Desta forma, a Entidade reconhece mensalmente como receita de subvenções para investimentos em conta de resultado, o mesmo valor que contabiliza como depreciação do bem imobilizado. No exercício de 2017 totalizou R\$ 250.000.00, referente a subvenções recebidas para investimentos pela Santa Casa e reconheceu

### como receita em seu resultado o montante de R\$ 499.571,52. 17. Passivo a descoberto e plano de recuperação

As demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes continuam apresentando deficiência de capital de giro, em 2017 todos os passivos tributários e trabalhistas foram parcelados através da Lei 11345 e os valores transferidos para o Exigível de Longo Prazo e possibilitando obtenção de certidões de débito positiva com efeito negativo, tornando a Entidade apta a obter subvenções e outras verbas públicas.

O plano de ação desenvolvido pela atual diretoria administrativa tem os seguintes

a)Readeguação entre despesas e receitas de acordo com as necessidades mínimas para assegurar a manutenção dos serviços prestados a população e con-

b) Manutenção da renegociação junto aos fornecedores e prestadores de serviços para mudança na exigibilidade de obrigações de curto para longo prazo ou

transformação da despesa em doação; c) Redução do quadro de funcionários com aprimoramento e distribuição dos remanescentes aos setores competentes, procurando melhorar a eficiência, dinâmica

dos serviços e redução de custos; d) Obtenção junto a Prefeitura de mais recursos para cobertura de déficits;

e)Obtenção de recursos através de doações e patrocínios junto a entidades

civis e a população em geral; f) A Administração também acredita que a possibilidade de um prognóstico favorável, sobre ações em fase de conclusão e que podem minimizar positivamente o

### quadro deficitário atual. 18. Cobertura de Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros para os seus bens moveis e imóveis, em montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros.

## 19. Resumo das receitas e pacientes atendidos e outros

Demonstração da quantidade de pacientes atendidos (SAME) em decorrência de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde - SUS, a fim de atender ao disposto nos art. 3º, Inciso VI parágrafo 4º, do Decreto 2536/1998:

018	0./		
110	%	2017	%
843	93,0	13.115	93,0
970	7,0	970	7,0
813	100,0	14.085	100,0
	970	970 7,0	970 7,0 970

São demonstrados a seguir, os valores relativos às isenções fiscais e previdenciárias,

oomo de devido lossem gozadas darante o exercicio.			
		31/12/2018	31/12/2017
INSS Cota Patronal	1	5.415.935	5.233.455
		5.415.935	5,233,455

#### Total 21. Trabalho Voluntário

Atendendo a Resolução CFC Nº 1.409, de 21 de setembro de 2012 aprovando a NBC ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, onde interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes. O montante de R\$ 238.488 foi apurado com base nos apontamentos de presença das horas de reuniões e participação de eventos dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal.



